



**A INTERLOCUÇÃO DO PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS COM  
PROFESSORES DAS SALAS REGULARES: POSSIBILIDADES E  
IMPLICAÇÕES**

Karen Santos Lopes <sup>1</sup>

**RESUMO**

A cerca do complexo processo que envolve a aprendizagem, a escola, reflexo da sociedade da qual vivemos tem sofrido com as tamanhas transformações que tem ocorrido nos últimos tempos. A inclusão escolar tem se somado a elas, gerando grandes discussões a cerca de como fazê-la. Em meio a essas demandas encontramos no professor especializado o profissional capaz de conduzir um novo olhar aos espaços escolares, de propor, e abrir caminhos para novos modelos de aprendizagens. Nesse sentido, o presente trabalho se ocupa em relatar possibilidades de integrar esse profissional à dinâmica escolar, acreditando que o mesmo possa ser um importante elo entre a inclusão do aluno com deficiência na esfera regular e sua permanência nesses espaços.

Palavras Chaves: Educação Especial, Inclusão, alunos com deficiência

**INTRODUÇÃO**

O compromisso de incluir os alunos com deficiência na escola regular se solidificou a partir da Declaração de Salamanca em 1994, tida como marco mundial na difusão da filosofia da educação inclusiva. A partir de então, a educação regular passou a se responsabilizar pelo acesso a uma educação igualitária entre os alunos ditos “normais” e também os com deficiência tendo de reaver suas estratégias e práticas a fim de contribuir para efetiva participação desse aluno no espaço escolar.

Sabe-se, no entanto, que ao longo desses vinte anos, ainda se prevalece um grande debate acerca das vantagens e desvantagens da inclusão escolar.

---

<sup>1</sup> Pós graduada em Psicopedagogia, Formada em Licenciatura em Educação Especial pela Ufscar, Professora da Sala de Recursos de Deficientes Intelectuais (E.E. Professor Antonio Zanaga)- Rede Estadual de Americana. Email: lopes.karen@yahoo.com.br



Sob a bandeira da inclusão são encontrados, na atualidade, práticas e pressupostos bastante distintos, o que garante um consenso apenas aparente e acomoda diferentes posições que podem ser extremamente divergentes (MENDES, 2006, p. 396).

Entre as divergências existentes, com fins de garantir não apenas o acesso, mas a permanência desses alunos na esfera regular de ensino foram incorporadas aos cursos de licenciatura disciplinas de educação especial em faculdades públicas e privadas, se ampliando também os números de pós-graduações bem como licenciaturas específicas nessa área (Portaria Ministerial nº 1793, de dezembro de 1994).

No entanto, apesar do crescente número de formações nos últimos anos, ainda há uma defasagem significativa de profissionais capacitados em lidar com essa demanda. Guasselli (2012) nos alerta para a ausência de uma política séria e efetiva de educação inclusiva na maioria dos sistemas escolares, os quais apresentam processos de rupturas, descontinuidades e ausência de formação continuada de docentes que seja adequada às políticas educacionais.

Diante de tal problemática, a inclusão escolar dos alunos com deficiência que até então foi marcada pela exclusão, agora incluídos na escola, passam a encontrar outras barreiras. O Decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011, no qual afirma sob o Art. § VII que “a oferta de educação especial deva acontecer preferencialmente na rede regular de ensino”, porém não especifica as competências e provisões atribuídas ao professor da sala de recursos e como consequência é comum encontrarmos escolas com trabalhos desarticulados nas salas de recursos e muitas vezes despercebidos por outros profissionais dentro dos espaços em que atuam.

Experiências e práticas desajustadas as necessidades dos alunos, desconhecimento das competências e responsabilidades desses profissionais dentro do espaço escolar e falta de articulação sobre seus exercícios imperam sobre esses ambientes, desafiando muitos professores e familiares a desacreditarem e romperem com o processo de inclusão.



Neste contexto e referenciando Souza:

A inclusão escolar é proposta para qualquer instituição educativa que objetive garantir o Ensino Fundamental. Independentemente de sua natureza administrativa, todas as escolas brasileiras devem se abrir para o ensino universal, atendendo todos que precisem fazer parte de seu alunado.

Tais transformações incubem mudanças nas esferas sociais, educacionais e políticas, no qual a escola atrelada a elas deverá redimensionar seu ensino, passando de uma saber científico para um saber social. Em tal perspectiva não há como aceitar um saber único, a escola agora necessitará de reformas abrindo caminhos para seus diferentes alunos e com isso novos profissionais.

Diante deste cenário, quem seria o profissional capacitado em atuar sob o pressuposto da inclusão escolar dentro das salas de recursos?

Conforme Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação continuada na educação especial. O professor do AEE tem como função realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades educacionais específicas dos estudantes público alvo da educação especial.

As atribuições do professor de AEE contemplam:

- Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do estudante;
- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do estudante;
- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA,

atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;

- Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e demais ambientes escolares;
- Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
- Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre a aplicabilidade e funcionalidade dos recursos utilizados pelo estudante;
- Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.

É, portanto um profissional com olhar diretamente voltado para o processo de aprendizagem do ser humano, com todas as suas implicações psicológicas, pedagógicas, biológicas e sociais, se preocupando não apenas em reduzir os problemas no processo de ensino e aprendizagem, mas também o que permite ao aluno aprender e se desenvolver dentro de suas possibilidades máximas.

Diante de sua importância no contexto inclusivo, o presente trabalho se propôs relatar a experiência profissional de uma professora da sala de recursos para alunos com deficiência intelectual do município de Americana, cuja ações se pautaram em divulgar junto à gestão da escola as competências desse profissional no contexto escolar e suas responsabilidades junto aos demais profissionais no objetivo de incluir tais alunos.

### **PROFESSOR ESPECIALIZADO DE MÃOS DADAS AOS DA SALA REGULAR: UMA POSSIBILIDADE VIÁVEL AO PROCESSO DE INCLUSÃO**

Marcado inicialmente como um processo de integração social (Convenção de Guatemala -1999), a proposta de incluir alunos nas escolas regulares, tem se intensificado nos últimos anos, levando pais e educadores a discussões a cerca de seus benefícios para o desenvolvimento desses indivíduos.



Como qualquer mudança, a inclusão requer ações e práticas que possibilitem acesso a uma educação de qualidade assim como também que se efetive sua permanência dentro dos espaços escolares.

As diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) determina que os sistemas de ensino devam matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (art. 2º). Nesse caso, observa-se que não há definição que diferencie as ações a serem tomadas pelas escolas públicas e privadas, cabendo a ambas, a readequação.

A lei de diretrizes e bases da Educação Nacional nº 9.394/96 em seu artigo 59 preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com deficiência currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, contemplando nesses espaços profissionais com conhecimento e formação adequada a lidar com essas demandas.

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC/SEESP, 1998), afirma que a Educação Inclusiva:

...implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais....Inclusão, portanto, não significa, simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica .

Neste contexto, a instituição escolar passa a ser alvo de questionamentos e de conflitos, provavelmente, por expor a diversidade e o compartilhamento de interesses,



contradições, expectativas e identidades. Muitas são as ansiedades que movimentam as transformações em busca do que se julga ser o ideal, correspondendo às necessidades específicas de todos (Glat, 1995)

Oliveira (2008a, p. 132) destaca que “[...] as concepções que permeiam o cotidiano escolar ainda se pautam na idéia de que as dificuldades são individuais e que a deficiência está instalada no sujeito [...]”. Assim, desconsidera-se todo o meio, bem como as relações sociais que podem ser estabelecidas, e culpabiliza somente o indivíduo por sua deficiência.

Os professores geralmente sentem dificuldades no trabalho pedagógico com os alunos com deficiência, porém o que pode dificultar ainda mais seu trabalho é a manutenção de práticas pedagógicas tradicionais. Se estas se basearem em repetição de procedimentos, conteúdos distantes da realidade do aluno, estanques e descontextualizadas com a realidade, facilmente as possibilidades de aprendizagem serão dificultadas.

Oliveira (2002, p. 303) salienta que a escola necessariamente precisa encontrar novos caminhos para o atendimento educacional ao aluno com deficiência, levando-o à superação das funções elementares e à apropriação das funções superiores ou culturais, já que a vida não é a existência natural, da natureza biológica, mas sim a produção de novas condições de existência criadas, pelo próprio homem.

Nesse sentido os encontros pedagógicos tornaram-se uma importante estratégia pedagógica com fins de preparar os professores para o processo de inclusão, sanando suas dúvidas e com isso diminuindo ansiedades e receios passíveis a esse processo.

Para isso, foram realizados quatro encontros nos horários de atividade de trabalho pedagógico coletivo (ATPC). Ao iniciar, a professora da sala de recurso, solicitou que os professores escrevessem algumas perguntas a respeito da inclusão escolar, a partir de tais questionamentos foram organizadas as apresentações que tinham como objetivo primário oferecer respostas aos seus questionamentos: Quem é o professor especialista? Para que serve? Qual a diferença da sala de recursos para a sala regular? Na sala de recurso ensina a mesma coisa? Porque o aluno não fica somente na



sala de recursos? Quando encaminhar um aluno? O que é deficiência Intelectual? Qual a diferença da deficiência intelectual para as dificuldades de aprendizagem? Que tipo de atividade devo oferecer a um aluno deficiente da sala de aula?

É interessante ressaltar que ao passo que tais encontros foram ocorrendo, algumas mudanças em âmbitos legais na esfera estadual também foram transcorrendo, como no caso da adaptação curricular (CEEB de 14 de janeiro de 2015), a partir daí a gestão escolar também se mobilizou a organizar novos encontros em que os professores da sala regular encontrassem respostas aos seus questionamentos e pudessem também visualizar na prática algumas sugestões. Para tais momentos foram propostas algumas dinâmicas com o uso do diagnóstico e da avaliação realizada pelo professor da sala de recursos cujos alunos estavam matriculados nessa mesma unidade escolar. Com isso os próprios professores observaram que muitas das estratégias já eram empregadas em suas práticas diárias e que não somente os alunos com deficiência se beneficiariam delas, mas que muitos outros também tirariam proveitos desse novo olhar empregado nesses encontros.

## **CONCLUSÃO**

Este trabalho teve como principal objetivo relatar caminhos possíveis para aproximar o professor ESPECIALIZADO dos professores da sala regular com a finalidade de contribuir para o conhecimento a cerca da inclusão e com isso de suas possibilidades e implicações.

Torna-se, portanto um trabalho relevante, pois visa contribuir com as atuais mudanças educacionais, propondo discutir novos olhares e atitudes frente a melhorias no ensino

Será por meio dessas estratégias que se efetivará um dos primeiros passos da inclusão escolar, oportunizando os meios de acesso e permanência desse aluno dentro da sala de aula. Desse modo, para que isso de fato aconteça é primordial que o professor da sala de recursos organize um tempo em que possa discutir e planejar os passos para a



construção de um currículo junto ao professor da sala regular, compreendendo e auxiliando suas dificuldades e ansiedades.

A família também detém uma parte importante, pois aliada a ela o professor especialista poderá colher informações relevantes na elaboração do currículo adaptado ou Plano de ensino Individualizado (PEI), que a depender das dificuldades apresentadas pelo aluno, também necessitará ser implantado em casa, visando seu completo desenvolvimento.

Nesse sentido, a esfera educacional carece desse profissional, no qual sua atuação deva estar marcada pelo ouvir, falar e propor. Caberá também a ele organizar momentos em que a partilha de experiência possa ser enriquecedora, abrindo caminhos para diferentes modelos de aprendizagem e ensino.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Congresso Nacional. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial**, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da educação, **Portaria n.º 1793**, de dezembro de 1994. Disponível em: <[http:// portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf)>. Acesso em: 12 de out.2014.

\_\_\_\_\_. Planalto do governo, **decreto nº7.611**, de novembro de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em 12 de out.2014.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994. Espanha. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educacionais Especiais**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes)> Acesso em 13 de nov de 2014.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Tailândia, 1990.





Disponível em:

<[http://www.educacaoonline.pro.br/doc\\_declaracao\\_mundial\\_sobre\\_educacao\\_para\\_todos.asp?f\\_id\\_artigo=2](http://www.educacaoonline.pro.br/doc_declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos.asp?f_id_artigo=2)>. Acesso em: 09 set. 2014.

GLAT, R. **A Integração social dos portadores de deficiência:** uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995

GUASELLI, M. F. R. Formação de Professores para Educação Especial: Fronteiras entre a produção do ensino/pesquisa a prática na educação básica. **Trabalho apresentado na IX ANPED Sul (Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul)**, 2012

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, V.11 n.33, set./dez. 2006.